STJ00080055

Introdução

Título I – O MEIO AMBIENTE COMO OBJETO DO DIREITO

Sumário

43

46

46

47

	Capítulo I – Meio Ambiente	
1. Conceito	o de meio ambiente	19
2. Aspecto.	s do meio ambiente	21
•		23
4. A qualid	lade do meio ambiente	24
-		25
Capítulo II –	- Degradação Ambiental e Consciência Ecológica	
1. Razão d	a tutela do meio ambiente	28
2. Processo	os de degradação do meio ambiente	28
3. Desmata	amento	29
4. Poluição	O	29
		32
		32
7. Consciê	ncia ecológica	33
	Capítulo III – Legislação Ambiental	
1. Evolução	o normativa	34
2. Legislaç	ão tutelar do meio ambiente no Brasil	34
3. Direito	Ambiental	41
Ca	apítulo IV – Fundamentos Constitucionais	
	da Proteção Ambiental	
I – AMBIENTAL	ISMO CONSTITUCIONAL	

1. Constituições estrangeiras

3. Os modos de referência

4. Referências explícitas ao meio ambiente

II - REFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AO MEIO AMBIENTE

Constituições Brasileiras.....

5.	Refe	rências	impl	ícitas a	ao m	eio	aml	oiente	
III-O	CAPI	TULO .	DOM	EIO A	MBIE	NT.	E		
/	_	1		. •	1		200	1 0	

DIREITO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL

49

50

52

54

57

58

59

63

66

68

69

74

75

75

76

77

78

78

79

81

82

82

12

I - FEDERALISMO

7.

2.

3.

6 O conteúdo normativo do art. 225 da Constituição Federal Significação geral dos enunciados

IV – CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS E LEIS ORGÂNICAS MUNICIPAIS Meio ambiente nas Constituições estaduais

Meio ambiente nas leis orgânicas municipais 9.

Capítulo V-Direito Fundamental à Qualidade do Meio Ambiente 1. Formação de um novo direito fundamental 58 A Declaração do Meio Ambiente de Estocolmo 2

Os princípios internacionais de proteção ambiental...... 3. Os novos princípios de proteção ambiental..... 4 Protocolo de Quioto 5.

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente 6. Conclusão 7. Capítulo VI - Federalismo e Meio Ambiente

Forma do Estado Brasileiro 71 1. Repartição de competências 2. 71 Sistema de repartição de competências 3. 72 II – A QUESTÃO AMBIENTAL E O FEDERALISMO Os problemas 4. 72 República Federal da Alemanha 73 5. 6. Federação Suíca 74

III – O SIŜTEMA DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 Regras gerais Incumbência do Poder Público 9. 10. Competência da União

Espanha

11. Competência comum.....

12. Competência legislativa concorrente 13. Competência dos Estados

14. Competência dos Municípios.....

Recursos ambientais

Natureza do patrimônio ambiental.....

Titulo II – OBJETO DA TUTELA AMBIENTAL

Capítulo I - Recursos e Patrimônio Ambientais

Definição do objeto de tutela 1.

Capítulo II – Provisões C	Constitucionais
sobre a Conservaçã	o Ecológica

SUMÁRIO

13

98

98

102

102

104

104

105

107

109

109

111

112

112

114

117

120

121

122

124

127

131

132

132

Conceitos ecológicos 85 1. 2. Ecologia 85 Equilíbrio ecológico 3. 87 Conservação ecológica 4. 88 Processos ecológicos essenciais 5. 89 Manejo ecológico das espécies..... 6. 91 7. Ecossistemas 92 Diversidade do patrimônio genético..... 8. 93 Capítulo III - Proteção da Qualidade do Solo 1. O solo 97

Formas de deterioração do solo

Poluição

Degradação

Erosão

Esgotamento.....

Conservação do solo

Sistemas de manejo do solo agrícola

Manejo do solo urbano

Capítulo IV-Proteção da Qualidade do Ar Ar e atmosfera

Ar e vida

Poluição atmosférica

Agentes poluidores

Tutela da qualidade do ar

Padrões de qualidade do ar

Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso

(I/M)

Capítulo V - Proteção da Qualidade da Água

A água

Fundamentos e objetivos

	0
2.	Domínio sobre as águas
	Competência para legislar sobre águas
4.	Poluição da água

I- ÁGUAS E SUA PROTEÇÃO

•	
3.	Competência para legislar sobre águas
4.	Poluição da água
	- 3121300 St. 1821

0.	competence para reg
4.	Poluição da água
5.	Proteção legislativa da

a qualidade da água.....

Proteção das águas no Estado de São Paulo II -- POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Considerações gerais

2

3.

4. 5.

6

7.

8.

9.

1.

2.

3.

4.

5.

6.

7.

1.

8.

9. Diretrizes gerais de ação	133
10. Instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos	133
11. Planos de Recursos Hídricos	133
12. Classificação dos corpos de água	134
13. Outorga de direitos de uso de recursos hídricos	134
14. Cobrança do uso de recursos hídricos	136
15. Sistema de informações sobre recursos hídricos	136
16. Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos	137
III – SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS	-5
HÍDRICOS	
17. Objetivos e composição	137
18. Conselho Nacional de Recursos Hídricos	138
19. Agência Nacional de Águas (ANA)	139
20. Comitês de Bacia Hidrográfica	140
21. Agências de Água	141
22. Organizações civis de recursos hídricos	142
22. Organizações civis de recuisos muneos	1.72
Capítulo VI – Proteção do Meio Ambiente Marinbo	
I – O MEIO MARINHO	
Águas marinhas e meio marinho	143
2. O mar territorial	143
3. A Plataforma Continental	144
4. A Zona Econômica Exclusiva	144
5. As águas contíguas	145
6. O alto-mar	145
7. Poluição do meio marinho	145
II – PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO MEIO MARINHO	11)
8. Considerações gerais	147
	$\frac{147}{147}$
9. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente	
10. Obrigação geral dos Estados	147
11. Competência dos Estados	149
III – POLÍTICA NACIONAL SOBRE OS RECURSOS DO MAR	4.50
12. Norma básica	150
13. Comissões para os recursos do mar	151
14. Lançamento de resíduos e alijamentos no mar	151
Capítulo VII – Gerenciamento Costeiro	
-	152
	153
in 11010gro content on Lora content million	153
3. Objetivos do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro	154
4. Instrumentos do PNGC	155
5. Elaboração e execução	157
6. Meios de atuação	158

	SUMÁRIO
7.	Planos estaduais e municipais de Gerenciamento Costeiro
8.	Praias
	Capítulo VIII – Proteção do Patrimônio Florestal
1.	Flora e floresta
2.	Ecossistemas florestais
3.	Tutela jurídica do patrimônio florestal
4.	A Constituição e a legislação florestal
5.	O Código Florestal
6.	Florestas de preservação permanente
7.	Florestas heterogêneas e florestas homogêneas
8.	Florestas nativas, primitivas e regeneradas
9.	Florestas plantadas
	Urbanificação florestal
	Disciplina da exploração florestal
	Reserva legal e florestas suscetíveis de supressão
13.	Recomposição, compensação e regeneração de reserva
	legal
	Servidão florestal
	Quota de Reserva Florestal
16.	Florestas públicas e concessão florestal
17.	Áreas verdes urbanas
	Capítulo IX – Proteção à fauna
1.	Fundamentos constitucionais
2.	Fauna: propriedade estatal
3.	Política de Proteção à Fauna do país
4.	Sistema de conservação e meios de proteção
5.	Caça e criadouros privados
	Capítulo X – Fontes de Poluição
1.	Conceito e discriminação
2.	Esgotos
3.	Resíduos sólidos
4.	Resíduos e emissões industriais
5.	Lixo radioativo
6.	Agrotóxicos
7.	Extração e tratamento de minerais
/ *	•

Capítulo I - Gestão do Patrimônio Ambiental

211

1. Noção

I – GESTÃO ECOLÓGICA

10		
2.	Manejo do território	212
II-P	OLÍTICA DO MEIO AMBIENTE	
3.	Fundamentos e conteúdo	213
4.		213
5.		
	Ambiente	214
6.	Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente	218
III-I	POLÍTICA URBANA E PROTEÇÃO AMBIENTAL	
7.	Fundamentos constitucionais da Política Urbana	220
8.	A qualidade do meio ambiente como objetivo da Política	
	Urbana	220
9.	Ordenação dos espaços urbanos como instrumento da	
	Política de Meio Ambiente	221
	. Renovação urbana e meio ambiente	223
	POLÍTICA AGRÍCOLA E PROTEÇÃO AMBIENTAL	
	. Idéia e fundamentos	224
12	2. Propriedade rural e proteção ambiental	225
V-S	ISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	
13	3. Constituição do Sistema	226
14	Á. Atuação do SISNAMA	229
	Capitula II. Estado a turbiontais	
	Capítulo II – Espaços Ambientais	
	ONSIDERAÇÕES GERAIS	
1.		230
	SPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS	
2.		231
3.		233
4.	O	233
	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	
5.		235
	– UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL	
	Pré-compreensão	236
	Estações Ecológicas	236
	Reservas Biológicas	238
	Parques Públicos	239
). Monumentos Naturais	241
11	I. Refúgios de Vida Silvestre	243
	– UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL	
	2. Pré-compreensão	244
13	3. Áreas de Proteção Ambiental	245
14	4. Áreas de Relevante Interesse Ecológico	247
14 15	4. Áreas de Relevante Interesse Ecológico	247 248 249

SUMÁRIO	17
17. Reserva de Fauna	250
18. Reserva de Desenvolvimento Sustentável	250
19. Reserva Particular do Patrimônio Natural	252
III.3 – REGIME JURÍDICO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	
20. Criação das Unidades de Conservação	253
21. Regime jurídico das populações tradicionais	255
22. Subsolo e espaço aéreo	257
23. Mosaico de Espaços Protegidos	258
24. Plano de Manejo nas Unidades de Conservação	258
25. Direção das Unidades de Conservação	259
26. Recursos das Unidades de Conservação	259
IV – ESPAÇOS PROTEGIDOS NÃO INCLUÍDOS NO SISTEMA	
NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SNUC)	
27. Noção e regime jurídico	261
28. Jardins Botânicos	261
29. Hortos Florestais	262
30. Jardins Zoológicos	262
31. Reservas da Biosfera	263
V – ESPAÇOS DE MANEJO SUSTENTÁVEL	
32. Noção e regime	264
33. Patrimônio Nacional	265
VI – ZONEAMENTO AMBIENTAL	
34. Conceito de zoneamento	271
35. Objetivo e natureza do zoneamento	272
36. Zoneamento Urbano	273
37. Zoneamento Ambiental	275
38. Zoneamento Industrial	275
39. Zoneamento para Pesquisas Ecológicas	277
40. Zoneamento nas Áreas de Proteção Ambiental	278
41. Zoneamento nos Parques Públicos	278
42. Zonas de Amortecimento e Corredores Ecológicos	279
Capítulo III – Autorizações e Licenças Ambientais	
1. Instrumentos de controle ambiental	280
2. Conceito e distinções	281
3. Permissões e autorizações ambientais	282
4. Licenças ambientais em geral	284
5. Licenças ambientais de obras e atividades	285
6. Licença e Estudo de Impacto Ambiental	287
Capítulo IV – Estudo de Impacto Ambiental	
1. Conceito	289

Fundamento constitucional

290

2.

3. Casos de Estudo de Impacto Ambiental	290
4. Natureza procedimental do instituto	292
5. Proponente do projeto e equipe multidisciplinar	293
6. Competência sobre o Estudo de Impacto Ambiental	294
7. Fases do procedimento do Estudo de Impacto Ambiental	295
8. Elaboração das diretrizes	296
9. Fase das atividades técnicas	297
10. Relatório de Impacto Ambiental	299
11. Participação do público	300
• • •	500
Capítulo V – Responsabilidade pelos Danos Ecológicos	
I – DANO E REPARAÇÃO	
Conceito e fundamento constitucional	302
2. Tipos de responsabilidade	302
3. Competência para legislar sobre dano ambiental	303
II – RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA	
4. Noção e fundamento jurídico	304
5. Infrações e sanções administrativas	305
6. Formalização das sanções	306
III – RESPONSABILIDADE CRIMINAL	
7. Conceito	307
8. Crimes contra o meio ambiente	308
9. Apuração da infração penal	314
IV – RESPONSABILIDADE CIVIL	-
10. Conceito	314
11. Fundamento jurídico	315
12. Natureza da responsabilidade	315
13. Cláusulas excludentes	316
14. Impacto ambiental e reparação do dano ambiental	317
15. Determinação do responsável	317
16. Tipos de reparação	318
* *	_
Capítulo VI - Meios Processuais de Proteção Ambiental	
1. Meios processuais	320
2. Ação penal	320
3. Procedimento civil ordinário	322
4. Ação civil pública	322
5. Ação popular	323
6. Mandado de segurança coletivo	324
7. Tutela cautelar	324
8. Execução específica e mandamento cominatório	325
Bibliografia	329
Îndice alfabético-remissivo	
imme mjavemo-i emissivo	337